

A vingança do diretor

Os pais não aceitaram o reajuste exigido. Agora o Pequeno Mundo Toledo não libera o histórico dos alunos.

A escola Pequeno Mundo Toledo fechou em dezembro do ano passado. Nela estudavam crianças que cursavam desde o maternal até a 4ª série do 1º grau. Para que elas pudessem prosseguir com seus estudos em outro estabelecimento, necessitariam da documentação referente a seu histórico escolar. Até hoje, porém, a direção da Pequeno Mundo Toledo retém essa documentação, impedindo os pais desses alunos de efetuar a matrícula de seus filhos em qualquer outro estabelecimento de ensino.

Pela lei, quando uma escola fecha, seu acervo deve ficar em lugar conhecido ou na delegacia de ensino da região. A documentação das crianças, no entanto, está em poder dos diretores da Pequeno Mundo Toledo. Os pais recorreram ao Conselho Estadual de Educação (CEE), à COGSP (Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo) e à 13ª Delegacia de Ensino. "Todos os órgãos prometeram providências. Até agora, nenhum deu resposta. Essa omissão só vem em prejuízo das crianças. Caso eles se manifestem negativamente, entraremos na Justiça, contra a escola e contra o Estado", avisa Luis Edmundo Marrey, advogado que tinha dois filhos na escola.

O problema começou quando a escola, instalada na rua Bagé, 121, Vila Mariana, reajustou a primeira semestralidade de 1987 em 114%. O reajuste autorizado pelo governo era de 35%. Os pais dos alunos

questionaram o aumento. A direção da escola argumentou que aquele índice era o mínimo de que necessitava para continuar funcionando. "Absorvemos esse aumento e, dos Cz\$ 608,00 que pagávamos em dezembro de 1986, passamos a desembolsar Cz\$ 1.300,00", afirma o advogado Marrey.

As mensalidades venciavam todo dia 3. No dia 5 de maio a escola emitiu circular comunicando que cobraria Cz\$ 2.400,00 pelas mensalidades — incluindo a de maio, àquela altura já vencida —, em razão da Deliberação nº 7 do CEE, que estabelecia a "liberdade de preços vigiada".

Sindicância

Os pais dos alunos da Pequeno Mundo Toledo reuniram-se com a direção da escola e com os professores para tentar um acordo. Baltazar Paprocki Filho, proprietário da escola, expôs uma planilha de custos com a qual os pais não concordaram, por considerar seus itens "absurdos". "Decidimos pagar apenas os Cz\$ 1.300 enquanto os poderes competentes não decidissem a questão, mas não entramos na Justiça para não comprometer o salário dos professores, pois as mensalidades seriam pagas em juízo", conta Marrey.

Paprocki concordou em receber a quantia, mas com os recibos ressalvados. Nesse meio tempo, o Ministério Público conseguiu medida liminar que suspendia a vigência da Deliberação nº 7 do CEE, que teve de estipular um índice de reajuste para a primeira semestralidade de 87:

116,09% provisoriamente. Em julho, veio o congelamento de preços do Plano Bresser. Os pais continuaram pagando Cz\$ 1.300.

Nesse mesmo mês, a direção da Pequeno Mundo Toledo mandou telegrama aos pais de 90 alunos que pagavam Cz\$ 1.300 e, alegando débito, expulsou as crianças da escola. "Nenhuma criança foi expulsa. Houve cancelamento de matrícula. Consultei o CEE, que me forneceu documentação comprobatória para tanto", alega Paprocki. Marrey então requereu uma sindicância na Secretaria da Educação contra a escola.

"Não se comprovou nenhuma irregularidade. Se eu estivesse errado em alguma coisa, iria para a cadeia. E, caso eu seja preso, o CEE deve sentar-se ao meu lado na cela, pois amparou legalmente meus atos", diz Paprocki. Pelo que está informado o advogado Marrey, as coisas tomaram outro rumo: "Havia tanta coisa errada que a saída dele foi fechar temporariamente a escola".

A explicação da escola para seu fechamento foi a venda do terreno onde se situava. E a retenção dos documentos das crianças baseava-se também no "débito" das mensalidades.

"O Ministério Público ganhou a causa contra a Deliberação nº 7 do CEE, que foi obrigado a determinar os índices de reajustes, fixados em 147% para a primeira semestralidade de 87 e 40% para a segunda.